

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

## A FORMAÇÃO DE NOVAS ELITES POLÍTICAS NO CEARÁ PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO: O CASO DE BARREIRA E ACARAPE

Monalisa Lima Torres<sup>1</sup>

70

### Resumo:

Este trabalho objetivou compreender o processo de formação das novas elites políticas de municípios cearenses emancipados a partir da década de 1980 bem como a dinâmica das disputas pelo poder no plano local. Para tanto, desenvolveu-se uma análise sobre os municípios de Barreira e Acarape a partir da reconstituição das trajetórias dos líderes emancipacionistas, sua entrada e atuação no campo político municipal. A análise das disputas eleitorais desde a emancipação até as eleições locais de 2016 permitiu verificar a força política dessas novas lideranças e as especificidades das disputas pelo poder em Barreira e Acarape. Contextualizar a dinâmica do poder local nesses jovens municípios tem servido como meio para repensar o poder local e atualizar categorias tão caras ao estudo do poder e da política no Brasil, sobretudo no Ceará.

**Palavras-chave:** Elites políticas; emancipação municipal; eleições municipais; Barreira; Acarape.

### Abstract:

This work aimed to understand the process of formation of new political elites of emancipated Ceará municipalities from the 1980s as well as the dynamics of power disputes at the local level. To this end, an analysis of the municipalities of Barreira and Acarape was developed from the reconstruction of the trajectories of the emancipationist leaders, their entry and performance in the municipal political field. The analysis of electoral disputes from emancipation to the 2016 local elections allowed us to verify the political strength of these new elites and the specificities of power disputes in Barreira and Acarape. Contextualizing the dynamics of local power in these young municipalities has served as a means to rethink local power and update such expensive categories to the study of power and politics in Brazil, especially in Ceará.

**Keywords:** Political elites; municipal emancipation; municipal elections; Barreira; Acarape.

Recebido em 18/05/2019

Aprovado em 01/07/2019

### Introdução

Abertura política da década de 1980 não significou apenas a restauração das liberdades civis, mas também o retorno das eleições diretas para os mais diversos cargos políticos e a ampliação da competição eleitoral. No bojo dessas transformações, o processo de descentralização política combinado ao novo arranjo tributário e fiscal bem como ao novo ordenamento federativo (que agora reconhece os municípios como, de fato, entes federativos) produziram um fenômeno

<sup>1</sup> \*Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (FACED/UECE). Membro do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC). Endereço: Faculdade de Educação de Itapipoca, Av. Monsenhor Tabosa, s/nº, bairro dos Coqueiros, Itapipoca-CE. Fone/Fax: (88) 3673.705, e-mail: monalisa.torres@uece.br.

denominado “onda emancipacionista”. O termo faz referência ao aumento acelerado de unidades subnacionais ocorrido entre fins da década de 1980 e início de 1990. Nesse cenário, o país ganhou 1.385 novos municípios, o que alterou significativamente a dinâmica política local de diferentes regiões em todo o país<sup>2</sup>.

No Ceará, de modo particular, o período assinalou o declínio das oligarquias tradicionais evidenciado nas eleições de 1986. Aquele pleito foi marcado pelo conflito entre as “velhas elites”, representadas pelos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra cujo poder se sustentava sobre bases tradicionais – ainda que responsáveis por estabelecer os alicerces para o processo de industrialização no estado – e as “novas elites”, simbolizadas pelos “jovens empresários do CIC”, representantes de uma concepção “modernizadora”, defensores da racionalização do Estado – em crítica as práticas clientelistas adotadas pelos seus adversários<sup>3</sup>. Inaugurando um padrão profissional de produção de campanhas políticas majoritárias e explorando as imagens do “moderno” e do “novo modo de fazer política” em oposição aos “coronéis retrógrados”, levam aos quatro cantos do estado o ideário dos “empresários do CIC”, personificado na figura de Tasso Jereissati que, ao sair vitorioso em 1986, marcou o início de um novo ciclo na política cearense<sup>4</sup>.

Entendemos por ciclo político:

(...) a possibilidade de continuidade [que] é determinada pelo poder de sedução de uma “persona” política (indivíduo, grupo ou partido), capaz de fundar-se no imaginário político popular, instaurando uma temporalidade simbólica (...). A hegemonia incontestável em um território político estadual ou nacional [ou municipal, caso abordado neste trabalho] é afirmada em ciclos de campanhas não competitivas. Uma temporalidade política que exige uma mística simbólica forte que a sustente<sup>5</sup>.

Segundo Rejane Carvalho, a existência de ciclos políticos longevos na política brasileira pós-redemocratização foi/é possível graças à convergência de três fatores, a saber: “a) a percepção de políticos e eleitores de uma nova temporalidade política inaugurada e cristalizada na mística de personagens fundadores; b) (...) a possibilidade de reeleição dos detentores de mandatos no poder executivo; c) a verticalização da tendência situacionista nos três níveis de governo”<sup>6</sup>.

2 TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. *Sociologia e Política*, n. 24, p. 123-148, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a09n24.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

3 PARENTE, Josênio. *A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza/Sobral: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

4 CARVALHO, Rejane. *O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas/Fortaleza: Pontes/Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFC, 2009.

5 CARVALHO, Rejane. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39 n. 2, p. 22-43, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/506/489>>. Acesso em: dez. 2017. p. 23.

6 CARVALHO, Rejane. Eleições 2014: transição de ciclos políticos no Ceará? *Em Debate*, Belo Horizonte, v.6, n.5, p.23-36, set. 2014.

Vale destacar que a competitividade no mercado eleitoral com a emergência de novos atores no cenário político, marca das eleições de 1986, não se restringiu à esfera das disputas pelo executivo estadual. A criação de novas municipalidades possibilitou a ascensão política de estreantes que almejavam posições de mando no plano local. Do lado dos chefes políticos tradicionais havia o receio de que se não apoiassem os movimentos emancipacionistas dos/nos distritos, perderiam espaço na arena das disputas locais. Por isso, “assumir o protagonismo” dos movimentos emancipacionistas significava também garantir sobrevida ao seu poder, sobretudo num momento em que o declínio dos chefes políticos estaduais (os coronéis) e a vitória de Tasso alteraram significativamente a gramática política no Ceará.

Tabela 1- Municípios no Brasil

Fonte: Ferrari.

Ano	Existente	Criados	
		Absoluto	%
1940	1574		
1950	1889	315	20,01
1960	2766	877	46,43
1970	3952	1186	42,88
1980	3974	22	0,56
1991	4491	517	13,01
1993	4974	483	10,75
1997	5507	533	10,72
2000	5560	53	0,96
2009	5565	5	0,09

Tabela 2 - Municípios do Ceará

Fonte : Elaboração própria

Ano	Existente	Criados	
		Absoluto	%
1983	141	1	0,70
1984	142	1	0,70
1985	143	9	6,33
1986	152	1	0,69
1987	153	15	9,86
1988	168	9	5,88
1989	177	1	0,59
1990	178	2	1,12
1991	180	1	0,56
1992	181	3	1,66

De 1983 até 1992, o Ceará ganhou 43 novas unidades subnacionais (ver Tabela 2 e Figura 1). Dentre elas podemos citar Eusébio, Icapuí, Itaitinga, Chorozinho, Madalena, Tururu, Umirim, Gauíba, Jójica de Jericoacoara. O impacto do processo emancipacionista na arena eleitoral local pode ser observado de modo mais claro quando consideramos os novos municípios situados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Jovens municípios como Horizonte e Maracanaú, pelo peso econômico e pelo tamanho dos colégios eleitorais que representam no estado, possuem uma arena eleitoral bastante disputada. Algumas de suas lideranças, cujas trajetórias políticas iniciaram nos movimentos pela autonomia político-administrativa, constituíram seus grupos políticos com ascendência em outras esferas de poder. Caso de Nezinho Farias, líder emancipacionista, ex-vereador, ex-prefeito de Horizonte e atualmente deputado estadual pelo PDT. Júlio César, que compôs a frente pela emancipação de Maracanaú, foi vereador, prefeito e deputado estadual pelo PSDB nas eleições de 1996 e 2006. Além disso, conseguiu alçar sua esposa, Meire Costa Lima, e filho, Júlio César Filho, à Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE).

Estudos sobre a dinâmica política local em municípios cearenses emancipados a partir da década de 1980<sup>7</sup> mostram que o processo de emancipação e a própria ruptura do domínio dos antigos chefes locais produziu uma elite política diferente daquelas retratadas nos clássicos estudos sobre o poder local. Esses novos atores políticos, em geral, líderes dos movimentos emancipacionistas, oriundos de uma classe média relativamente instruída, vinculados a profissões liberais, sem tradição na política, romperam com o domínio tradicional de políticos que há anos dominavam a arena política local e lograram construir seus próprios grupos políticos.

Considerando o cenário exposto acima, admite-se que a participação nos processos de autonomia político-administrativa contribuiu para a formação de uma nova elite política local que viria não apenas a substituir os tradicionais líderes político como a compor grupos que se antagonizariam pela hegemonia do poder local, constituindo um mercado eleitoral relativamente fechado nesses municípios. Nesse sentido, objetiva-se compreender o processo de formação das elites políticas de municípios cearenses emancipados a partir da década de 1980 bem como a dinâmica das disputas pelo poder no plano local. A opção pela análise dos municípios de Barreira e Acarape foi motivada pela disponibilidade de dados já coletados em pesquisas anteriores<sup>8</sup>.

Pertencentes à região do Maciço de Baturité, Barreira e Acarape foram desmembrados de Redenção e conquistaram sua autonomia político-administrativa em 15 de abril 1987, através das leis estaduais 11.307 e 11.308, respectivamente. Em valores absolutos, Barreira tem uma população de 19.769 habitantes (sendo 41,52% destes residentes no meio urbano e 58,48% na zona rural) e 18.691 eleitores. Suas maiores fontes de renda são o comércio e a prestação de serviços, que correspondem a 66,25% de seu Produto Interno Bruto (PIB) enquanto que a agropecuária representa 21,84% e a indústria, 11,91%. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE)<sup>9</sup>, do total da receita corrente de que dispõe o município, 94,84% deriva de repasses da união e do governo do estado.

Acarape, distante 63 km de Fortaleza, é um município jovem apesar de, em séculos passados, ter participado da história da escravidão e produção de açúcar no Ceará. Segundo dados

7 ABU-EL-HAJ, Jawdat; SOUSA, José Jurandir de. As revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudanças sociais em Itapiúna. In: CARVALHO, Rejane (Org). **A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000**. Campinas/Fortaleza: Pontes/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, 2003.

TORRES, Monalisa Lima. **A gramática do poder local: ciclos políticos, trajetórias e recursos sociais de lideranças políticas em Acarape-CE**. 2018. 238f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2018.

\_\_\_\_\_. **Dádiva e mandonismo: os médicos na política em Barreira**. Monalisa Lima Torres. 2013. 131 fls. Dissertação – Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, março de 2013. CD- ROM.

8 Ver TORRES, Monalisa Lima. **A gramática do poder local**. op. cit. e TORRES, Monalisa. **Dádiva e mandonismo**. op. cit.

9 IPECE. **Perfil básico municipal: Barreira**. Fortaleza: SEPLAG/Governo do Estado do Ceará, 2017. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Barreira\\_2017.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Barreira_2017.pdf)>. Acesso em: fev. 2017.

do IPECE<sup>10</sup>, possui uma população de 15.338 habitantes (52,04% residentes na zona urbana e 47,96% na zona rural) e 12.114 eleitores. Suas principais atividades econômicas são: o comércio e serviços, que correspondem a 75,89% de seu PIB, a indústria de transformação (sobretudo na exploração do calcário), que representa 20,18% do PIB, e a agropecuária, 3,93% do PIB. Apesar de uma indústria e comércio relativamente significativos, sua maior fonte de recursos deriva, igualmente, de transferências da união e do governo estadual, o que correspondem a 92,12% das receitas totais de que dispõe o município.

Para a compreensão sobre as especificidades da dinâmica política cearense bem como a análise dos grupos políticos existentes no estado foram contemplados, principalmente, os estudos desenvolvidos por Rejane Carvalho<sup>11</sup>, Josênio Parente<sup>12</sup> e Cleyton Monte<sup>13</sup>. Os conceitos de ciclos políticos, grupos políticos e chefia política, trabalhados por Rejane Carvalho, forneceram o embasamento necessário para a análise sobre a dinâmica política no Ceará. O entendimento acerca da composição, organização e funcionamento dos grupos políticos cearenses desde 1986 a 2016 foram dados a partir das pesquisas de Parente, Monte e Torres. Seguindo o percurso analítico proposto por Igor Grill<sup>14</sup>, buscamos identificar os elementos que contribuíram para a formação das elites políticas no plano das disputas locais. Para tanto, analisamos as trajetórias das lideranças e seus posicionamentos dentro do campo político. A reconstituição das trajetórias das lideranças e dos cenários pré e pós-eleitoral foram possíveis através de entrevistas semi-estruturadas com líderes políticos locais, servidores públicos dos municípios analisados e cidadãos que participaram/vivenciaram os processos de emancipação.

Em virtude de este trabalho tratar de disputas políticas recentes que vêm se acirrando a cada ano bem como da aproximação de ano eleitoral (eleições municipais que ocorrerão em outubro de 2020), optamos por identificar os líderes políticos locais pelas iniciais de seus nomes para evitar uso político indevido deste trabalho. Em relação aos demais interlocutores que não exercem funções públicas, a utilização de pseudônimos deveu-se a necessidade de resguardar suas identidades. A observação de eventos públicos tais como inaugurações de obras públicas, convenções partidárias e

10 IPECE. **Perfil básico municipal**: Acarape. Fortaleza: SEPLAG/Governo do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/perfil\\_basico\\_municipal/2016/Acarape.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Acarape.pdf)>. Acesso em: fev. 2017.

11 CARVALHO, Rejane. Eleições 2014. op. cit.

\_\_\_\_\_. **Campanhas eleitorais e comunicação midiática**: ciclos de mudanças e continuidades. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

12 PARENTE, Josênio. **A fé e a razão na política**. op. cit.

13 MONTE, J. C. V. **Os caminhos do poder no Ceará**: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014). Fortaleza. 261 fls. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

14 GRILL, Igor Gastal. Múltiplas dimensões de uma agenda comum de pesquisa: elites, profissionais e lideranças políticas. In: GRILL. **Elites, profissionais e lideranças (RS e MA)**. São Luís: EDUFMA, 2008. (p. 11-26).

campanhas eleitorais nos municípios também foram recursos importantes para a coleta de dados. A análise das disputas eleitorais desde a emancipação até as eleições locais de 2016 foi feita a partir de dados fornecidos pelo sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE). O que permitiu observar a correlação de força dessas novas elites e as especificidades das disputas pelo poder em Barreira e Acarape.

A discussão inicia-se com a observação dos processos de mudanças no quadro de forças políticas no Ceará pós-redemocratização com a chegada do grupo político de Tasso Jereissati ao poder. A seguir, realiza-se uma reconstituição histórica dos movimentos de emancipação nos municípios de Barreira e Acarape. Por fim, a análise da montagem dos arranjos eleitorais majoritários e dos processos eleitorais em ambos os municípios, desde 1988 a 2016, evidenciam o papel dos líderes emancipacionistas e sua posição de destaque no campo das disputas políticas na esfera municipal.

Contextualizar a dinâmica do poder local em Barreira e Acarape, no bojo das transformações políticas registradas no Ceará ao longo das décadas de 1980-90, tem servido como meio para repensar o poder local e atualizar categorias tão caras ao estudo do poder e da política no Brasil, como veremos a seguir. Com isso, este trabalho não pretende esgotar o debate sobre as disputas pelo poder no plano municipal, mas propor uma análise que considere suas especificidades na atualidade e que contemple realidades políticas pouco estudadas, a saber, os pequenos e jovens municípios cearenses, o que justifica a relevância desse estudo.

### **Transformações no cenário político estadual e emancipação política de municípios no Ceará a partir da década de 1980**

A década de 1980 marcou o fim dos governos militares e a abertura para o regime democrático brasileiro. No Ceará, a eleição do economista Gonzaga Mota ao governo do estado (1983-1987), fruto de um acordo<sup>15</sup> entre os três coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra (que disputavam o controle da máquina do Estado), antes de indicar força dos chefes políticos cearenses foi sintomático de sua fragilidade num momento de profundas mudanças no cenário político nacional.

---

15 O “Acordo de Brasília”, como ficou conhecido, foi um pacto tecido entre os três coronéis, principais chefes políticos estaduais (Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra) com a intervenção do então presidente João Figueiredo, com a finalidade de “manter a unidade partidária” de modo a dar sobrevida ao poder dos coronéis cearenses. A “solução conciliadora” assegurava participação igualitária dos três chefes na composição da chapa que disputaria os principais cargos majoritários das eleições de 1982, o que significava o “loteamento dos recursos de poder” na arena política cearense. Nesse acordo, Gonzaga Mota, técnico que compôs o governo de Virgílio, foi o candidato ao governo e seu vice foi Adauto Bezerra; o candidato ao senado foi Virgílio ficando a César Cals a tarefa de indicar o candidato a prefeito de Fortaleza (CARVALHO, 2002; PARENTE, 2007).



Apesar da indicação e apoio de Virgílio, Gonzaga Mota rompeu em definitivo com seu padrinho político e nas eleições seguintes (1986) foi o patrono da candidatura de Tasso Jereissati ao governo do estado. A vitória de Tasso, jovem empresário debutante na política, inaugurou não apenas um novo modelo de campanhas eleitorais pautado no uso do marketing político – com a produção de campanhas que priorizavam a construção de uma imagem moderna de Tasso contra os “coronéis retrógrados”, representantes da política tradicional<sup>16</sup> – como alterou o modelo de gestão pública no Ceará. A fim de blindar os projetos voltados a modernização e industrialização do estado da interferência dos chefes políticos cearenses, Tasso orientou as ações do seu governo a partir de duas gramáticas políticas: universalismo de procedimentos e, principalmente, insulamento burocrático<sup>17</sup>.

Ao assumir o governo do estado em 1987, Tasso Jereissati colocou em prática seu projeto de enxugar e modernizar a máquina estadual sem se preocupar em garantir apoio político de sua base ou mesmo de setores da sociedade civil. Para tanto, demitiu funcionários irregularmente contratados, suspendeu contratos eliminando o nepotismo e o empreguismo reduzindo em mais de 50% as despesas com o funcionalismo público. Na tentativa de enxugar a máquina estatal, substituiu, extinguiu e fundiu órgãos estaduais. Além disso, insulou secretarias estratégicas (sobretudo aquelas ligadas às áreas de planejamento e econômica), extinguiu outras notadamente ligadas à barganha política e criou a Secretaria de Governo, entregue aos cuidados do também empresário do CIC, Sérgio Machado<sup>18</sup>.

A extinção das secretarias de assuntos políticos deu lugar a uma centralização de decisões em torno de uma figura-chave na administração estadual, pelo menos nos governos Jereissati (1987-1990 e 1995-1998), o secretário de governo. Implantou-se uma espécie de parlamentarismo na administração cearense, pela nitidez da divisão do trabalho político implementado por Jereissati em suas administrações: o secretário de governo tornou-se responsável por toda a articulação política com as demais esferas do Poder Executivo no Ceará, bem como com as lideranças políticas no interior. De outro lado, o governador, embora também tratasse da política interna estadual, tendo a última palavra sobre tais assuntos, passou a exercer um forte papel de articulador de projetos, programas, convênios e recursos para o Ceará, na esfera federal ou perante organismos internacionais de desenvolvimento<sup>19</sup>.

16 CARVALHO, Rejane. **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas/Fortaleza: Pontes/Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFC, 2009.

17 BONFIM, Washington Luís de Sousa. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs). **A era Jereissati**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (p. 35-64).

18 GONDIM, Linda M. P. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas**: os Governos das Mudanças no Ceará. Ijuí: Unijuí, 1988.

19 BONFIM, Washington Luís de Sousa. De Távora a Jereissati. op. cit. p. 40-41.

Bonfim argumenta que o processo de centralização política colocado em prática no governo das mudanças garantiu a tomada de decisões importantes sem a ingerência dos chefes políticos cearenses. O insulamento de setores-chave da burocracia estatal e a constituição de “um núcleo forte e centralizado, dirigido através da Secretaria de Governo, passou a exercer o papel de filtro político das demandas advindas de vários setores sociais”<sup>20</sup>.

Outro elemento que convergiu para desequilibrar o tabuleiro político cearense foi o aumento dos repasses fiscais do governo federal para as prefeituras. A ampliação da competência tributária aos municípios criou um cenário favorável ao surgimento de novas municipalidades – e se intensificou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A nova Carta Magna instituiu plena autonomia aos municípios que, agora, são de fato “entes federativos com prerrogativas invioláveis por qualquer nível mais abrangente de governo”<sup>21</sup>. A nova Carta transferiu à Assembleia Legislativa não só a autoridade para definir as regras que regulamentariam o processo emancipacionista como o controle sobre a maior parte de sua tramitação. Além disso, “a prerrogativa exclusiva de os eleitores iniciarem a tramitação do processo e a manifestação popular no plebiscito limitaram a capacidade de controle do poder Executivo sobre o resultado Legislativo”<sup>22</sup>. Tais mudanças sinalizaram para a possibilidade de distritos como Acarape e Barreira, com a emancipação política, terem autonomia para responderem com maior rapidez e eficácia seus problemas estruturais sem a necessidade de “esperar pela boa vontade dos chefes políticos”<sup>23</sup>.

Na definição de Rejane Carvalho, *chefes políticos* são aqueles cujo controle de uma ampla rede de solidariedade demarcam os limites de alcance dos grupos políticos e são os responsáveis pela construção de acordos políticos, pela composição das chapas majoritárias e pela orientação das campanhas políticas. São eles os atores com capacidade de mando sobre o eleitorado, com potencial para garantir a eleição de seus candidatos, muito embora nem sempre ocupem cargos no governo, ou seja, o exercício de um cargo público não é condição de desempenho das funções de chefia política. O chefe político, como elemento que dá consistência a um grupo político, personifica o poder de mando na medida em que logra conciliar os interesses divergentes e coordenar as ações dos diferentes membros em função de um projeto comum<sup>24</sup>.

20 BONFIM, Washington Luís de Sousa. De Távora a Jereissati. op. cit. p. 36-37.

21 TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas. op. cit. p. 123.

22 TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas. op. cit. p. 142.

23 Socorro, 43 anos, comerciante, entrevista realizada em 22 de novembro de 2015.

24 CARVALHO, Rejane. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Joséênio e ARRUDA, José Maria (Orgs). **A era Jereissati**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (p. 9-34).



A luta para ascender a posição de chefe político e a busca pelo controle do poder é o que orienta a constituição das facções políticas, que são fluidas, temporárias e se tornam visíveis nos períodos eleitorais<sup>25</sup>. Antes de se organizarem em partidos, as lideranças políticas locais gravitam em torno de chefes políticos cujo capital social e político os destacam dos demais. Mas é a capacidade do chefe em se adequar a conjuntura, em conservar e/ou modelar seus atributos de modo a se adaptar ao conjunto de capitais com valor social para aquela coletividade, manter e/ou ampliar seu grupo que lhe garante a conservação de sua posição de mando. Ou seja, dominar a arte da chefia, para usar a expressão de Carvalho, é o que possibilita ao chefe político um maior grau de estabilidade de seu grupo político e longevidade de seu domínio, demarcando períodos mais extensos de dominação.

O poder dos chefes políticos está diretamente relacionado à sua capacidade de monopolizar o acesso e distribuição de bens a sua clientela. Por isso, na medida em que a dinâmica política cearense muda em função de uma gramática política mais formal, de insulamento burocrático (como a estabelecida nos governos Jereissati), os chefes políticos começaram a perder o controle de suas bases.

O impacto dessas alterações na dinâmica do poder local no Ceará não ocorreu de modo uniforme, embora seja indiscutível o prejuízo sofrido pelos chefes políticos (locais e, principalmente, estaduais) no que diz respeito às suas bases. Nesse cenário de abertura política e fragmentação das bases políticas dos antigos chefes cearenses observamos a convergência de dois fenômenos: o processo de emancipação de diversos distritos cearenses e a renovação dos seus quadros dirigentes locais.

Para o cientista político Jawdat Abu-El-Haj, em períodos em que há profundas alterações nas estruturas de poder, ou seja, quando as condições sociais que sustentam determinado regime desmoronam, abrem-se caminhos para a emergência de novos atores políticos com potencial para substituir a velha elite dirigente.

O enfraquecimento de antigas estruturas de poder não implica necessariamente uma mudança política imediata, mas de possibilidade de transformação das elites dirigentes (Chilcote, 1990). A corrosão do antigo regime abre um período de lutas políticas entre diversos agrupamentos pelo controle das instituições públicas. Não é necessário que cada mudança na ordem social origine uma elite dirigente correspondente, mas certamente são criadas as condições para a ascensão ao poder de certos grupos ou classes sociais. Nesse sentido, a relação entre mudança social e alteração na

<sup>25</sup> PALMEIRA, Moacir. Política, Facção e voto. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz (Orgs.) **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP, 2010.

composição da elite dirigente pode ser assimétrica, dependendo das condições subjetivas e habilidades políticas pessoais<sup>26</sup>.

A essa substituição dos grupos dirigentes a partir de transformações nas estruturas de poder no Ceará, Abu-El-Haj denominou “Revoluções silenciosas”, entendendo revolução nos termos definidos por Prado Júnior como:

(...) o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em um período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais<sup>27</sup>.

Nesse cenário, emergiu uma classe média urbana desvinculada dos chefes políticos locais e ansiosa por viabilizar melhorias estruturais e sociais em seus distritos. Essa mesma classe média passou a reivindicar o atendimento a demandas específicas e uma melhor distribuição dos recursos públicos municipais. Em pesquisas realizadas por Bremaeker<sup>28</sup> com os prefeitos dos novos municípios, o principal motivo apontado para a iniciativa em torno das emancipações foi a alegação de descaso por parte da administração do município de origem, indicado por mais da metade dos prefeitos (62,9%). A existência de forte atividade econômica local (27,4%), a grande extensão territorial do município de origem (24,2%) e o aumento da população local (1,6%) também apareceram como motivações aos pedidos de autonomia político-administrativa.

A descentralização política da década de 1980, aliada a garantia de repasses federais aos municípios (através do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM), constituíram uma das principais forças mobilizadoras para que esses novos atores políticos se transformassem nos artífices da emancipação de suas comunidades. A autonomia político-administrativa desses distritos passou a representar “o real acesso a toda uma gama de serviços públicos a que jamais teriam acesso. Bem ou mal a comunidade passa a gerir seus destinos quanto à educação, à saúde à assistência social”<sup>29</sup> e outros serviços como a construção e conservação de estradas, limpeza urbana, saneamento básico e outras demandas locais. O Ceará, entre as décadas 1980 e 1990, ganhou 43 novas unidades subnacionais (ver Figura 1).

26 ABU-EL-HAJ, Jawdat; SOUSA, José Jurandir de. As revoluções silenciosas no Nordeste. op cit. p. 259.

27 PRADO JÚNIOR *apud* ABU-EL-HAJ, Jawdat; SOUSA, José Jurandir de. As revoluções silenciosas no Nordeste. op cit. p. 259.

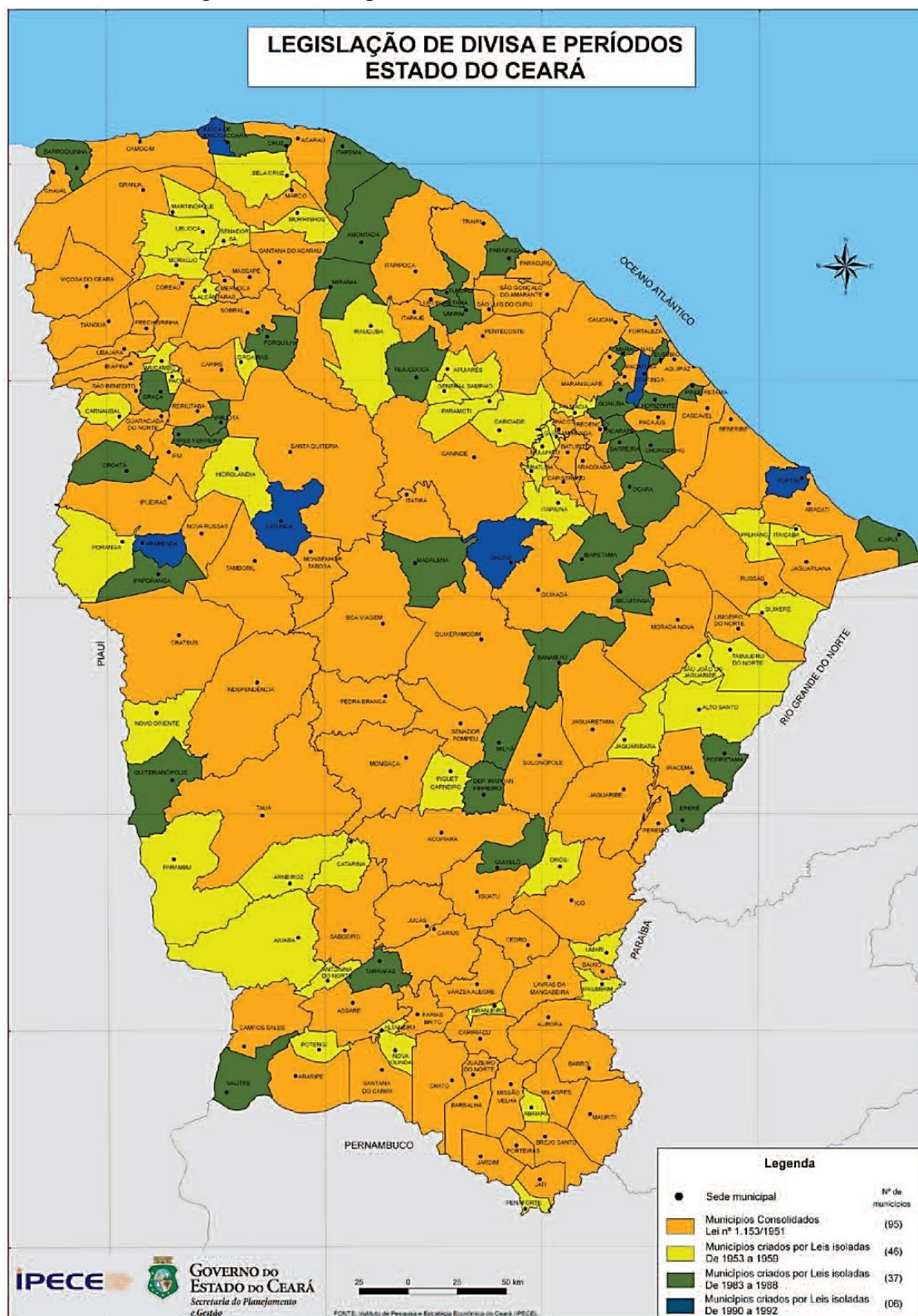
28 BREMAEKER, François E. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração municipal**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2016, p. 88 – 99, jan/mar, 1993.

29 FERRARI, Sérgio. Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 53, n. 211, p. 55-80, jul./set. 2016. Disponível em: <[http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril\\_v53\\_n211\\_p55](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p55)>. Acesso em: jan. 2018. p. 68.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

Figura 1 - Municípios criados no Ceará (1953 - 1992).



Fonte: IPECE30

30PONTES, Lana Mary Veloso de; ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg Silva; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. **A questão dos limites municipais do estado do Ceará.** Fortaleza: IPECE, 2012. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/QUESTAO\\_LIMITES\\_MUNICIPAIS\\_CEARA.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/QUESTAO_LIMITES_MUNICIPAIS_CEARA.pdf)>. Acesso em: set. 2019.

Não podemos ignorar o fato de que, em alguns casos, a emancipação também foi motivada pelo interesse de alguns desses novos atores em ascender à política municipal. O capital político acumulado na luta pela emancipação municipal habilita seus protagonistas a despontarem na arena de poder local. Por isso, era comum a queda de braço entre os antigos chefes políticos, contrários às emancipações, e as novas lideranças políticas.

Nessa conjuntura, a emancipação dessas municipalidades desequilibrou o quadro de forças no cenário local resultando em significativas alterações dos grupos dirigentes locais. Em alguns casos, os protagonistas das lutas emancipacionistas não apenas desalojaram do poder os antigos chefes como os substituíram no comando do executivo municipal. Exemplo ilustrativo é o caso de Icapuí, analisado por ABU-EL-HAJ<sup>31</sup>, onde o esgotamento das elites tradicionais foi concomitante ao processo de surgimento de uma classe média que, responsáveis pela emancipação do município em 1985, a substituiu na chefia da prefeitura e consolidou o PT no município. Um de seus líderes emancipacionistas, José Airton Cirilo (PT), já foi prefeito de Icapuí, deputado estadual, candidato ao governo do Ceará e, atualmente, ocupa uma das cadeiras na Câmara Federal.

Em outros casos, os chefes políticos, percebendo o panorama desfavorável e cientes de que poderiam perder seus domínios para as lideranças emergentes, optaram por cooptá-las e adotar suas bandeiras exercendo papel fundamental nas lutas emancipacionistas. Essa estratégia, de absorção e controle das novas lideranças, garantiu sobrevida ao seu poder. Foi o caso da oligarquia Jacó dominante no Vale do Acaraú (atualmente abrange os municípios de Redenção, Acaraú e Barreira) no maciço de Baturité.

### **Os novos municípios e a constituição de suas elites políticas: o caso de Barreira e Acaraú**

O território correspondente ao município de Redenção configurava a principal base política de deputado estadual Antônio Jacó (filho e herdeiro político do fazendeiro e chefe político dr. Brunilo Jacó)<sup>32</sup>, conhecido entre seus colegas na Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) como o “reizinho do maciço de Baturité”<sup>33</sup>. Até 1987 Barreira e Acaraú eram distritos de Redenção e, juntos, responsáveis por parte significativa da receita municipal. Além disso, Barreira era reduto político dos Jacó e, como tal, constituía seu mais importante colégio eleitoral. Segundo depoentes, os resultados eleitorais de Redenção eram sempre definidos em Barreira. O que justificava o interesse do deputado em manter o controle político na região.

31 ABU-EL-HAJ, Jawdat. Os tempos da rebeldia: Icapuí na berlinda da crise do modo petista de governar. In: LEMENHE, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Rejane. **Política, cultura e processos eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. (p. 79-113).

32 Para maiores detalhes ver TORRES, Monalisa Lima. **A gramática do poder local**. op. cit.

33 Em alusão ao seu domínio político nos municípios da região do maciço.



O auge de seu domínio foi a primeira metade da década de 1980, período em que Gonzaga Mota estava a frente do governo estadual e Virgílio Távora, chefe político com que mantinha ligações políticas e pessoais, ocupava uma cadeira no Senado Federal. Inserido num cenário político marcado pela gramática clientelística sua capacidade de articulação, organização e coordenação de outros importantes líderes locais o colocou como o mais importante chefe político do Vale do Acarape. Posição que seria alterada após a vitória de Tasso ao governo do estado.

O enfraquecimento de seus mais importantes aliados na esfera estadual (Paulo Sarasate e, principalmente, Virgílio Távora) e o crescimento de lideranças insubordinadas saídas das classes médias (profissionais liberais e comerciantes) em Acarape e, sobretudo, Barreira, que se mobilizavam em torno da emancipação de seus distritos representavam a possibilidade de esfacelamento de sua base eleitoral. Por isso, a estratégia em alargar seu grupo político de modo a absorver essas lideranças em potencial pareceu a opção mais viável para manter o domínio político na região.

(...) eu já deputado, eu tinha o sentimento de dúvida. Havia um conflito: se Barreira se emancipando e se Acarape se emancipando se não iria prejudicar Redenção. Mas aí, os meus adversários de Acarape e de Barreira, eles fizeram o movimento e eu fui compelido a também levantar essa bandeira. É tanto que a iniciativa de emancipação foi do povo de Acarape e de Barreira<sup>34</sup>.

Como assinalado na fala de Antônio Jacó, tomar a bandeira emancipacionista como sua e incorporar as lideranças políticas adversárias de modo a manter o domínio sobre os processos políticos em Acarape e Barreira foi a estratégia utilizada pelo chefe político. De fato, esse processo mostrou que:

(...) o importante é alargar a base social de poder, quando esta não pode mais ficar reduzida à própria elite. (...) Multiplicam-se então os ‘arredores’. Isso aparece claramente se você vê as duas principais modalidades de cooptação. Na primeira, o cooptado foi vencido no campo de batalha um pouco antes. (...) Na outra modalidade, temos uma integração antecipada – um setor é cooptado antes que sua capacidade de automobilização e organização tenha alcançado um grau ameaçador. (...) Em todos os casos, o cooptado é quem preenche a dupla condição de ser ou poder vir a ser o perigo para esta estrutura e de ser, pelo menos em potencial, um aliado face aos mais dominados<sup>35</sup>.

Com vistas a ampliar suas bases eleitorais para os distritos de Barreira e, posteriormente, Acarape, o então deputado estadual Teodorico Menezes<sup>36</sup>, compreendendo o

34 Antônio Jacó foi deputado estadual. Entrevista realizada em 08 de dezembro de 2015.

35 DEBRUN *apud* BILAC, Maria Beatriz Bianchini. **As elites políticas de Rio Claro**. Recrutamento e trajetória. Campinas: UNIMEP/Editora da UNICAMP, 2001. p. 95.

36 Teodorico José de Menezes Neto, filho de importantes lideranças políticas do município de Pacajus, ingressou na política quando eleito suplente de Deputado Estadual (PPS) em 1982. Eleito Deputado Estadual em 1986 (PMDB), 1990, 1994 e 1998 (PSDB).

cenário de efervescência política nos distritos, aproximou-se das lideranças de oposição ao domínio da família Jacó em Barreira: o comerciante ZT e o médico dr. GJr. Ciente de que a oposição ao movimento emancipacionista poderia enfraquecer e dividir suas bases já que abriria espaço para a concorrência de Teodorico Menezes, Antônio Jacó aderiu ao grupo emancipacionista em Barreira e “designou” o professor FJr para assumir a dianteira do movimento em Acarape.

### *O processo emancipacionista em Barreira*

Em meados da década de 1980, proeminentes lideranças, no intuito de dar à Barreira uma estrutura que atendesse as demandas de um distrito que se desenvolvia vertiginosamente, iniciaram reuniões nas quais se debatiam a importância de emancipação. Participaram das reuniões comerciantes, empresários, produtores rurais, etc. Dentre eles podemos destacar ZT; o professor JBT, o empresário AP e o dr. GJr.

Em entrevista, ZT afirmou seu pioneirismo na luta pela emancipação do então distrito de Barreira. E seus objetivos eram, além da autonomia política barreirense, se tornar prefeito do novo município. Segundo ele, a família Jacó, na figura de seu principal líder, Antônio Jacó, havia se colocado contrária ao movimento emancipacionista. Entretanto, o interesse e insistência das lideranças em elevar Barreira à categoria de município e o receio de perder o controle sobre as bases eleitorais naquele distrito levaram os Jacó a aderirem ao movimento.

À época das primeiras movimentações em prol da emancipação, a família Jacó era hegemônica na política local no município de Redenção. É possível notar a extensão de seu domínio pela quantidade e diversidade de cargos que membros do clã político e seus aliados conquistaram nas eleições de 1982. Cabe lembrar que aquele ano marcou o retorno das eleições diretas para os mais diferentes cargos em todo o país. Os eleitores puderam escolher, através do voto direto, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos<sup>37</sup> e vereadores.

Nas eleições de 1982, os irmãos Antônio Jacó e EJ foram eleitos, respectivamente, a deputado estadual e prefeito pelo Partido Democrático Social (PDS)<sup>38</sup> em Redenção. Além deles, outros membros da família ocuparam cadeiras na Câmara Municipal de Redenção: CJ (PDS) e ZBJ<sup>39</sup> (PDS). Outros pedessistas que igualmente compunham a base política da família e que, portanto, tiveram suas candidaturas afiançadas pelo clã Jacó foram eleitos ao cargo de vereador

37 Apesar de muitos municípios elegerem seus prefeitos pelo voto direto em 1982, a escolha dos prefeitos de capitais ainda seguiam as regras estabelecidas pelo Ato Institucional nº3, que definia eleições indiretas para seleção dos chefes dos executivos locais. Foi o caso de Fortaleza.

38 Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR).

39 CJ e ZBJ, ambos primos de Antônio Jacó e EJ.



naquele ano: JFB e BTS, representantes do distrito de Barreira; além de FC40 pelo distrito de Acarape. Os resultados dessa eleição nos dão indicativos da hegemonia política da família Jacó no campo político redencionista: cinco das treze cadeiras na Câmara municipal foram preenchidas por aliados. Pertencer ao clã ou estar alinhado a Antônio Jacó e gozar de seu apoio nas eleições significava grandes chances de sucesso eleitoral.

Cabe observar a estratégia utilizada por Antônio Jacó quando das primeiras mobilizações em prol da emancipação dos distritos de Acarape e Barreira, a saber: ampliar sua base política, sobretudo incorporando aqueles que vocalizavam os anseios por emancipação dos distritos de Barreira e Acarape como os neófitos FC e FJr. O objetivo era manter o controle sobre o processo de emancipação e, por conseguinte, garantir a manutenção de suas bases eleitorais.

A gerência dos chefes políticos tradicionais e sua aliança com os novos atores políticos tiveram um significativo papel no processo de emancipação, no que se refere tanto à representação dos interesses dos barreirenses em Redenção (aqui destacamos a atuação de seus vereadores e do próprio prefeito do município, na época, EJ) quanto ao cumprimento das exigências dispostas na Constituição cearense.

O primeiro passo foi a abertura de pedido de emancipação na Câmara municipal, papel que coube aos vereadores eleitos pelo distrito de Barreira. Restava a cumprir as demais condições exigidas pela legislação vigente, a Lei Complementar nº 1/1967:

Art. 1º— A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único – O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º – Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I – população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II – eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III – centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV – arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

---

40 Casou-se com uma prima de Antônio Jacó, que o convidou a trabalhar como seu assessor parlamentar. O trabalho de assessoria, o contato com políticos da arena estadual e a amizade com Antônio Jacó o qualificavam para ser um potencial vereador e mediador entre o deputado e o distrito de Acarape. Incentivado pelo patrono político, FC candidatou-se a vereador em Redenção nas eleições de 1982, sendo o principal concorrente de FJr pelos votos do distrito de Acarape. Com a experiência adquirida no trabalho de assessoria e o apoio do deputado, foi eleito vereador pelo PDS com 621 votos.

§ 1º – Não será permitida a criação de Município, desde que esta medida importe, para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta Lei.

§ 2º – Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de nº II pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e o de número IV, pelo órgão fazendário estadual.

§ 3º – As Assembleias Legislativas dos Estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 1º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3º – As Assembleias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de Município.

Parágrafo único – A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resoluções expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os seguintes preceitos:

I – residência do votante há mais de 1 (um) ano, na área a ser desmembrada;

II – cédula oficial, que conterá as palavras “Sim” ou “Não”, indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do Município<sup>41</sup>.

A atenção às demais exigências impostas pela legislação sobre a emancipação municipal foi tarefa compartilhada por EJ e demais lideranças em Barreira com destaque para ZT, o comerciante Henrique, professor JBT e o empresário AP. Sobre seu papel nesse processo atuando como chefe do executivo redencionista, EJ destacou:

Eu já havia deixado Barreira com DDD, tinha deixado Barreira com segundo grau, com escolas e estradas. A estrutura de Barreira estava toda pronta. O Banco do Brasil estava aqui. Barreira tinha estrutura de Município. (...) Em 1986, nós conseguimos um trabalho junto ao IBGE para ver a população de Barreira. Fiz um trabalho junto a um amigo nosso da Receita Estadual do ICMS para fazer aumentar a receita de Barreira. Se Barreira quer emancipar tem que ter receita. Já em 1986 pra 1987 nós começamos um trabalho – Edson Manuel me ajudou muito nisso e algumas pessoas de Barreira – na coleta de notas fiscais de Barreira. Começamos a exigir nota de castanha e qualquer coisa que exigisse nota.<sup>42</sup>

41 BRASIL. Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios. *Diário Oficial da União*, 10, nov. 1967.

42 EJ foi prefeito de Redenção e Barreira. Entrevista realizada em 22 de abril de 2012.

Nas eleições estaduais em 15 de novembro de 1986 realizou-se o plebiscito<sup>43</sup> consultando o povo sobre seu desejo em emancipar ou não Barreira. O resultado foi uma esmagadora vitória do “sim”, com aproximadamente 97% dos eleitores barreirenses. Agora, restava oficializar o interesse do povo junto à Assembleia Legislativa, tarefa que ficou a cargo do deputado Antônio Jacó que conseguiu a aprovação da Lei Estadual nº 11.307 na ALECE. A lei foi sancionada pelo governador Tasso Jereissati em 15 de abril de 1987, elevando Barreira a município.

### *O processo emancipacionista em Acarape*

FJr é descendente de importante família proprietária de engenho e produtora de cachaça<sup>44</sup> no Vale do Acarape. Filho do senhor Flávio Chagas Bonfim e da dona Lalá, nasceu em Redenção e, em razão das posses de sua família, teve a oportunidade de estudar em Fortaleza onde concluiu o curso primário, o ginásio e a graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Depois de trabalhar na área de contabilidade voltou à terra natal como professor da rede pública estadual<sup>45</sup>. Foi na docência, como formador de opinião, que FJr se tornou conhecido em Acarape.

Sua profissão e participação em eventos de promoção de lazer para a população acarapense (como torneios de futebol) permitiram popularidade entre os jovens e sua origem (família tradicional e conhecida na região) o capacitaram a ser um potencial candidato ao legislativo municipal. Mas sua entrada na política não ocorreu de modo automático e independente, foi incentivada e endossada por AN que, ao abdicar de concorrer à reeleição como vereador pelo distrito de Acarape nas eleições de 1982, transferiu sua base eleitoral para o estreante na política, FJr (PDS). Eleito com 849 votos, segunda melhor votação para vereador naquele pleito, caiu nas graças de Antônio Jacó (PDS) e aderiu ao grupo político do então prefeito de Redenção, EJ (PDS).

Para FJr, Antônio Jacó pretendia manter o controle político sobre Barreira, já que intencionava eleger membros de sua família para os principais cargos no futuro município, e garantir as bases eleitorais para os próximos pleitos na região. Para isso, tomaram a frente do movimento emancipacionista em Barreira e indicaram lideranças de sua base política para essa

43 O plebiscito, uma das exigências contidas na Constituição Estadual do Ceará, deveria consultar a população do distrito sobre seu interesse na emancipação.

44 A Bagageira, de propriedade de seu avô, situada na comunidade de Poço Escuro, onde a família de FJr estendeu sua influência, foi um dos engenhos de produção de cachaça mais famosos do Vale do Acarape e funcionou da década de 1930 até 1970, quando encerrou suas atividades. Apesar do fechamento da Bagageira, a família de FJr manteve as terras (e as construções do auge da Bagageira) e substituiu a cultura da cana por milho e feijão.

45 Graças à influência política de Antônio Jacó junto Virgílio Távora, tanto FJr como FC e KA foram nomeados ao cargo de professores da rede pública estadual no município de Redenção, e exerceram a função em escolas do distrito de Acarape. Naquele período, não havia seleção (concurso) para o preenchimento de diversos cargos da administração pública. Esses eram preenchidos segundo critérios políticos e clientelistas. Foi o caso de muitos professores em municípios do interior do Ceará. Antônio Jacó, além da concessão/distribuição de cargos no magistério e administração públicos a sua clientela do Vale do Acarape, viabilizou também a instalação da Escola Estadual Danísio Dalton da Rocha Corrêa no distrito de Barreira em 1983.

atividade em Acarape, já que “eles não iam conseguir dar conta de dois municípios”. Esse papel coube a FJr.

Só que eu tive a sorte de, eu digo até a sorte porque, naquele momento, o deputado estadual na época era o Antônio Jacó, e como o meu líder político, ele me deu todo o apoio e eu, eleito vereador, pelo distrito de Acarape da época, que não era emancipado, ele me entregou, nas minhas mão, um sonho “FJr, vamos passar Acarape a cidade?” e eu já era vereador do município-mãe e eu não sabia me dirigir a minha mãe e pedir a ela “licença” para tirar aquele filho gostoso dela. E eu organizava. E eu, dali, sentia a vontade de ir mais a frente<sup>46</sup>.

FJr, apesar de jovem e recém-introduzido na vida política já gozava de considerável prestígio junto a população acarapense, assumiu o papel de líder do movimento pró-emancipacionista e fundou a Comissão Pró-Emancipação Política de Acarape. A comissão tinha como papel fundamental, além de informar e mobilizar a população acarapense, reunir os pré-requisitos exigidos para a abertura do pedido de emancipação junto a ALECE.

A articulação de forças entre os chefes políticos tradicionais e os novos atores políticos constituiu o “Grupo dos sete”, ou G7, que era formada por FJr pelos comerciantes Osvaldo, Batista, o produtor rural e ex-vereador AN, o professor KA, EJ e Antônio Jacó. As tarefas ficaram assim divididas: os irmãos Jacó (sobretudo o deputado Antônio Jacó), que tinham alianças e contatos com importantes políticos na esfera estadual, cuidaram de conseguir apoio para a aprovação da lei de emancipação dos distritos de Acarape e Barreira junto a ALECE. Os demais membros se ocuparam em cumprir os outros requisitos exigidos pela Constituição Federal tais como comprovar população e renda mínimas e mobilizar os eleitores a votar “sim” no plebiscito a favor da autonomia de Acarape.

Com a justificativa da perda territorial e, principalmente, da arrecadação de Redenção, alguns políticos e cidadãos influentes do município<sup>47</sup> se opuseram à empreitada emancipacionista de Acarape e Barreira, como havia ocorrido em décadas anteriores. O processo emancipacionista foi questionado até o último minuto, não obstante o apoio do prefeito, EJ, e do deputado estadual, Antônio Jacó.

(...) tinha um deputado, Antônio Eufrasino Neto, um velho parlamentar dessa Casa, (...) ele era presidente do Tribunal de Contas dos Municípios. Mas na época ele era líder do PMDB e eu da ARENA. Então ele chegou para mim e “Jacó tem aí o presidente do PMDB de Redenção, dizendo que Acarape e Barreira não podem se emancipar porque Redenção é um

<sup>46</sup> FJr foi vereador em Redenção e prefeito de Acarape. Entrevista realizada em 07 de junho de 2016.

<sup>47</sup> Dentre os opositores a emancipação estavam o presidente do PMDB de Redenção, na época, dr. Paulo Viana, o vereador Gola, Freitinhas e Hermano, todos filiados ao PMDB de Redenção.

município histórico e existem uns documentos da Princesa Isabel que proíbem isso. Então como é que eu faço?”. Eu disse “esse documento não existe. Eu fui vereador e existe um documento na Câmara, lá na Câmara que é uma carta da princesa Isabel, ela elogiando o município e as lideranças pelo gesto histórico de ter tomado a primazia de libertar os escravos no país, mas isso não impede de ele ser dividido. Mas faça o seguinte, já que a matéria está na ordem do dia, você pede a ele para ele ir a Redenção apanhar esse documento e quando ele voltar aqui nós já teremos votado a matéria”. E de fato, isso aconteceu. Aliás ele nunca voltou porque, de fato, esse documento não existe<sup>48</sup>.

Vale lembrar que as articulações políticas bem como a rede de alianças e amizades de Antônio Jacó dentro e fora da ALECE foram fundamentais para a concretização do projeto emancipacionista. A rede construída a partir da troca de favores entre políticos de diferentes esferas, principalmente, com colegas deputados, foi o meio pelo qual o deputado conseguiu o apoio necessário à aprovação da lei que emancipou os distritos de Acarape e Barreira.

(...) Diga-se de passagem, meu pai tinha total acesso ao palácio, para falar com o [ex] governador [Virgílio Távora], mas eu tive o privilégio de ser o emissário. Então esse intercâmbio e essa amizade facilitou muito junto a bancada do PMDB, principalmente porque ele sabia da minha relação com o governador Virgílio Távora, então eu levava os pedidos dele e o Virgílio os atendia de forma sigilosa para que ele não ficasse exposto por ter procurado o governador adversário. (...) Eu sempre tive um bom relacionamento com os meus colegas, os deputados, então não houve dificuldade nessa tarefa [aprovar a emancipação]. Até porque outros deputados também tinham interesse [de aprovar a emancipação de outros municípios] nas suas regiões. Então havia um movimento que se completava. E essa amizade funcionou<sup>49</sup>.

Figura 2 - Tasso Jereissati sancionando as leis que emanciparam Barreira e Acarape.



Fonte: arquivo pessoal da família de Henrique (1987).

<sup>48</sup> Antônio Jacó foi deputado estadual. Entrevista realizada em 08 de dezembro de 2015.

<sup>49</sup> Antônio Jacó foi deputado estadual. Entrevista realizada em 08 de dezembro de 2015.

A Lei Estadual nº 11.308 foi aprovada sem embaraço no plenário da ALECE e, também no dia 15 de abril de 1987, sancionada pelo governador Tasso Jereissati emancipando Acarape (Figura 2).

E estava todo mundo esperando o resultado no Salão Paroquial. O FJr veio direto para cá. Chegou aqui balançado o papel da lei que emancipava Acarape e isso era uma alegria muito grande. E foi uma festa muito bonita. Era todo mundo comemorando, comemorando nas ruas, fazendo a maior festa. Essa praça aqui ficou uma festa só. Organizaram até uma carreata saindo do centro para comemorar. E rodaram todas as comunidades, essa carreata, com o FJr lá na frente balançando o papel da emancipação<sup>50</sup>.

### **As eleições municipais e a reconfiguração das elites políticas em Barreira e Acarape**

Ao longo do processo de mobilização pró-emancipação e, principalmente, após a conquista da autonomia municipal, algumas figuras que já haviam se destacado politicamente, agora se faziam conhecer pela quase totalidade dos eleitores dos distritos de Barreira e Acarape. Foi o caso de dr. GJr, professor JBT e o empresário AP em Barreira; e de FJr, FC e KA em Acarape.

#### ***Eleições municipais e facções políticas em Barreira***

Apesar da força política e da preocupação de Antônio Jacó em manter o controle sobre as bases eleitorais em Barreira, a escolha do primeiro prefeito no município recém-emancipado marcou o início de um progressivo processo de reconfiguração das elites políticas locais. Nesse contexto, a abertura do mercado eleitoral barreirense permitiu a ascensão de estreantes que constituíram seu capital político a partir de sua atuação no processo emancipacionista. Caso de dr. GJr, professor JBT e AP. Esses atores, sobretudo os dois últimos, se transformaram em importantes lideranças que, substituindo os Jacó, conduziram o (re)alinhamento das facções políticas e, portanto, protagonizaram as disputas pelo poder local ao longo de quase três décadas.

Tendo como referência temporal os 32 anos de emancipação política de Barreira, o processo de declínio do poder do clã Jacó e a emergência da nova elite política podem ser observados a partir de três ciclos políticos. Para efeito de análise denominamos: 1) *continuidade do domínio da oligarquia Jacó*; 2) *transição e ruptura do domínio oligárquico* e 3) *reconfiguração das elites políticas locais*.

#### ***Ciclo de continuidade do domínio da oligarquia Jacó***

<sup>50</sup> Dona Ceci, 71 anos, dona de casa e aposentada. Entrevista realizada em 22 de novembro de 2014.



Os Jacó, que construíram sua trajetória política na ARENA<sup>51</sup>, fundaram o PDS, sendo seguidos por outras lideranças que, outrora, compunham o quadro da ARENA em Redenção. Professor JBT, por seu turno, pretendia autonomia política frente aos Jacó, por isso, inspirado no movimento pela redemocratização e pelas ideias de Leonel Brizola, fundou o PDT em Barreira<sup>52</sup>. Cabe salientar que a consolidação do partido só foi possível quando professor JBT se apresentou como “não contrário” às lideranças pedessistas.

Fundamos o PDT em agosto de 1987, já pensando em lançar candidatura nas eleições de 1988. Mas para fundar o partido precisávamos de filiações. E para garantir as filiações no PDT em Barreira, eu tive que dizer às pessoas que eu não estava me colocando contra os Jacó, que eu estava me colocando a favor de Barreira, que eu era a favor do desenvolvimento de Barreira<sup>53</sup>.

Seguindo a tradição política de oposição ao PDS nasceu o PMDB liderado pelo empresário AP. Fortalecidos pelo envolvimento no processo pela emancipação de Barreira, o PMDB lançou a candidatura de dr. GMJ e ZT à prefeitura de Barreira.

Os sinais de debilidade do poder político do clã Jacó começaram a se mostrar na convenção partidária. Numa decisão quase monocrática, a indicação de ZBJ como cabeça de chapa não era unanimidade dentro de seu grupo político. Sua escolha deveu-se, segundo relato de partidários, ao fato de “ele se impor como o cabeça da chapa, porque tinha conhecimento de algumas irregularidades dos Jacó quando Barreira ainda era distrito de Redenção”<sup>54</sup>. Esse arranjo não agradou muitos correligionários e eleitores, obrigando os dirigentes do partido a tomar alguma medida que fortalecesse a candidatura do grupo. Foi assim que Antônio Jacó licenciou-se de seu mandato para concorrer, junto ao primo, como vice-prefeito.

ZBJ e Antônio Jacó foram eleitos com 57,50% dos votos válidos. Apesar da vitória e de sua coligação ter feito o maior número de cadeiras na Câmara Municipal dos Vereadores de Barreira – ocuparam sete, das onze vagas em disputa, as eleições de 1988 colocaram em evidência o potencial político dos emancipacionistas e vereadores estreantes: professor JBT (PDT) e AP (PMDB), atores políticos importantes para a compreensão do jogo de disputas políticas em Barreira. Professor JBT, por exemplo, foi eleito o primeiro presidente da Câmara Municipal de Barreira.

Segundo relatos de barreirenses que vivenciaram os primeiros anos de Barreira recém-emancipada, como chefe do poder executivo, ZBJ dirigiu Barreira de maneira clientelista e

51 Em novembro de 1979 o Congresso Nacional extinguiu o bipartidarismo abrindo caminho para a criação de novos partidos. Assim surgiram o PDS, no lugar da ARENA, e o PMDB como sucessor do MDB.

52 Como professor da rede pública de ensino do Estado do Ceará, professor JBT se identificou com a proposta educacional defendida pelo líder pedetista.

53 Professor JBT foi vereador, vice-prefeito e prefeito em Barreira. Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2013.

54 Tadeu, 62 anos, autônomo. Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2013.

centralizadora. Nossa hipótese é de que a percepção de declínio do domínio político do clã Jacó os levou a adotar/aprofundar práticas que pudessem garantir a manutenção de suas bases políticas. Com esse objetivo, o prefeito utilizou-se de recursos públicos para distribuir benesses aos seus aliados. Segundo depoentes, adotou uma postura abusiva, perseguindo opositores e, quando contrariado ou colocado em situações de pressão, reagia sempre de modo autoritário, o que fez com que seu grupo se fragmentasse. Para alimentar o quadro de má avaliação do seu governo, rompeu com Antônio Jacó<sup>55</sup>, que abandonou o cargo de vice-prefeito; terminou o mandato com um saldo financeiro negativo – intensificado pela crise econômica<sup>56</sup> enfrentada no período – e com a imagem política arranhada. Todo este cenário colaborou para o enfraquecimento político da família Jacó.

### *Ciclo de transição e ruptura do domínio oligárquico em Barreira*

Para as eleições municipais de 1992, os resultados da gestão anterior e o surgimento de outros partidos colaboraram para um decisivo realinhamento de forças, sinalizando a possibilidade de ruptura com o ciclo de dominação dos Jacó. Nesse quadro, duas grandes facções polarizaram a disputa.

Na coligação PDS-PFL, a família Jacó lançou EJ e CJ como candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente. O grupo, mesmo com a imagem enfraquecida pela recente administração, ainda possui grande influência e poder de mando no município. Pelo lado da oposição, visando a vitória no pleito, as lideranças oposicionistas junto com dissidentes do grupo dos Jacó uniram-se formando a coligação PSDB-PDT-PMDB-PT lançando dr. GJr e professor JBT como candidatos a prefeito e vice-prefeito.

Com 60,43% dos votos válidos, contra 39,56% de EJ e CJ, os eleitores barreirenses elegem dr. GJr e professor JBT. No entanto, a esperança por mudanças foi frustrada pelas denúncias de corrupção, que levaram a cassação de dr. GJr, alterando o quadro de forças políticas bem como a composição das facções que concorreram nas eleições locais anteriores. Neste contexto, a família Jacó retornou ao cenário político barreirenses com forças renovadas.

Para as eleições de 1996, formando a coligação PPB-PFL, EJ e a professora FL foram os candidatos a prefeito e vice. EJ, que já havia sido vereador, prefeito e vice-prefeito no município de Redenção, era caracterizado por um perfil de político mais flexível, conciliador e aberto ao

<sup>55</sup> Após seis meses de gestão, uma briga entre ZBJ e Antônio Jacó faz com que este abandone o cargo e retome suas atividades na Assembleia. Os mesmos depoentes acreditam que todo o desentendimento não passou de um jogo político para justificar o retorno de Antônio Jacó para seu cargo de deputado estadual. Nas palavras de um dos entrevistados: “Eu acredito que o Antônio Jacó só aceitou ser o vice do ZBJ porque ele sabia que ia voltar para o cargo de deputado” (Paulo, 65 anos, foi secretário municipal de Barreira. Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2013).

<sup>56</sup> Crise econômica do governo Collor com o fracasso do Plano Collor.

diálogo, o que colaborou para conservação do precário prestígio político da família Jacó. Enquanto isso, em conflito interno pela indicação dos postulantes a prefeito e vice, o grupo político governista se dividiu em duas facções. De um lado, a composição PT-PPS-PSDB, com apoio do ex-prefeito cassado, dr. GJr, patrocinou a candidatura do petista e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreira, AC ao executivo local. Do outro lado, o prefeito em exercício, professor JBT costurou a coalizão entre as legendas PMDB e PDT e apoiou a candidatura de AP e do engenheiro VL a prefeito e vice. Ainda que bastante polêmica, a indicação de AP, naquele momento, sugere sua força política dentro do grupo, sobretudo devido a sua aproximação com um importante nome do PSDB cearense, o então deputado estadual Mauro Filho.

O nosso candidato a prefeito não foi indicado pela vontade popular e sim pela imponência, pela propriedade dele [AP] de querer ser o dono, de querer ser o melhor (...). Eram nomes que não eram populares, nomes que eram muito ruins de voto e nós sabíamos disso. (...) Foram quase dez reuniões e em nenhuma chegamos a um consenso de que o AP seria o candidato, mas ele queria. Na época [líderes religiosos evangélicos influentes], todos eles lideranças fortes em Barreira sustentavam que o candidato deveria ser o AP. E nós dizíamos que não era, não porque ele não merecesse, mas porque os Jacó ainda tinham muito poder, ainda tinham muito voto e nós precisávamos de pessoas que fossem boas de voto. O AP era uma boa pessoa, mas não era bom de voto. (...) Aí ficou nessa briga e como o Mauro Filho já tinha uma ligação com a gente, a gente achou que depois que explicássemos toda a situação pra ele, ele convenceria o AP de que não dava pra ser o candidato. Mas nos enganamos, o Mauro Filho disse: ‘não, o candidato é o AP’<sup>57</sup>.

Nesse pleito, a ainda influente e tradicional família Jacó fez amplo uso de estratégias assistencialistas para a conquista do voto, da decepção dos barreirenses em relação à administração de dr. GJr e do carisma de EJ. Reforçando esse quadro, apontamos a divisão de força das lideranças políticas em duas facções bem como a pouca experiência em disputas majoritárias de AP. O resultado foi o retorno dos Jacó ao executivo municipal, com uma diferença significativa em relação aos outros candidatos, obtendo aproximadamente 52,17 % dos votos válidos, e elegendo a maioria dos vereadores.

<sup>57</sup> Tadeu, entrevista realizada em 14 de outubro de 2012.

### *Reconfiguração das elites políticas locais em Barreira*

Marcado pelo atraso de salários e greve dos professores municipais, o insucesso da gestão de EJ ecoou por muitos pleitos e abalou, decisivamente, o poder da família Jacó. Culminando, inclusive, com o rompimento das principais lideranças do clã Jacó nas eleições locais de 2000. Nesse cenário, três facções se formam para a disputa eleitoral: o PFL lançou ZBJ e DF como candidato a prefeito e vice-prefeito; O PPB-PV defendeu a reeleição de EJ e FL; e a oposição, formando a composição PDT-PSDB-PT-PMDB-PTB-PSD-PPS, patrocinou a candidatura do médico dr. VF e Costa. A estratégia utilizada por professor JBT foi a indicação de um nome “novo e neutro” que agregasse lideranças políticas. Amigo de AP, dr. VF reunia essas características, além disso, a profissão de médico – trabalhava com sua esposa, também médica, dra. A, no Hospital de Barreira desde 1994 – garantia visibilidade e prestígio em relação aos barreirenses. A vitória de dr. VF foi significativa: obteve 46,54% dos votos válidos contra 32,27% de EJ e 21,18% de ZBJ. Essa eleição marcou encerramento do ciclo de domínio da família Jacó.

Para as eleições de 2004, professor JBT e AP mantiveram a aliança e apoiaram a reeleição de dr. VF e o também médico dr. R (coligação PMDB-PL-PDT-PPS-PSDB). CJ e AC foram os candidatos a prefeito e vice-prefeito pela coligação PFL-PT-PP. E o produtor rural LU e JBL, os candidatos pelo PHS. O resultado foi uma expressiva votação dos médicos, eleitos com 60,96% dos votos válidos. CJ recebeu 36,13% dos votos e LU, 2,89% dos votos.

A segunda cassação de um prefeito na história de Barreira alterou o tabuleiro político no município de modo bastante significativo. A partir daí, dois grupos políticos bem definidos, que têm como lideranças professor JBT e AP, polarizariam as disputas pelo poder local em Barreira.

A cassação de dr. VF por improbidade administrativa e malversação de recursos públicos também gerou descrença na política e estimulou muitas lideranças a lançarem-se como postulantes nas eleições de 2008. A coligação PT-PSDC patrocinou AC e o ex-delegado de Barreira, dr. F a prefeito e vice-prefeito. O PHS indicou LU e o engenheiro WV. Pelo PV, candidataram-se o professor e líder comunitário BG e JMFS. Como sucessores de dr. VF, a coligação PMDB-PSDB-PTB-PSB-PSL-PPS indicou AP e CJ. Professor JBT (PDT) trouxe para seu arco de alianças o engenheiro e filho de ZBJ, AJ (DEM). A composição PDT-DEM-PP-PMN-PR sustentou a candidatura de professor JBT e AJ à prefeitura de Barreira. O pleito daquele ano foi o mais acirrado até então e, dentre as cinco candidaturas, três se destacaram na disputa pelo executivo municipal: BG(PV), professor JBT (PDT) e AP (PMDB). Com o apoio de Valderlan, AP foi eleito com 36,80% dos votos. Professor JBT obteve 33,87% dos votos e BG, 22,36% dos votos.

Com uma boa avaliação de seu governo e ampla base política, AP e CJ concorreram a reeleição em 2012 pela coligação PMDB-PSDB-PHS-PT-PPS-PSDC-PTC-PSD-PRB. Do lado da oposição, professor JBT conseguiu trazer para sua base de apoio BG, o sindicalista AS, o empresário EU e o engenheiro AJ. A aliança coordenada pelo PDT reuniu PP, PV, PR, DEM e PTdoB e lançou à disputa majoritária EU (PDT) e professor JBT (PDT). Numa disputa apertada, os barreirenses reafirmaram AP e CJ à chefia da prefeitura municipal com 52,33% dos votos válidos. EU e professor JBT obtiveram 47,66% dos votos. A diferença foi apenas de 677 votos.

Fato interessante dessa eleição foi a percepção dos eleitores quanto ao arranjo montado pelo PDT: havia uma expectativa de que as lideranças que se destacaram nas eleições anteriores, professor JBT e BG, fossem os nomes a compor a chapa majoritária pelo grupo oposicionista em 2012. Internamente, disputas entre as lideranças dos partidos pela indicação do “cabeça de chapa” levou professor JBT a renunciar à candidatura à prefeito abrindo espaço para que outras lideranças pudessem se acomodar em sua base política. Segundo interlocutores, essa teria sido a estratégia utilizada para garantir a unidade do grupo político. Após a derrota, foi comum falas de eleitores relatando a frustração acerca do arranjo montado e afirmando que a união de professor JBT e BG, pelo capital político acumulado por ambos, receberia melhor adesão eleitoral e, portanto, seria mais competitivo frente à candidatura de AP.

Na última eleição municipal em 2016, professor JBT, numa jogada política arriscada, articulou para inviabilizar a candidatura de dra. A (PMDB), uma das favoritas na corrida pela prefeitura de Barreira e com quem tem profundas divergências políticas. A ideia era frustrar as intenções da peemedebista tanto no plano partidário local quanto estadual. Assim, reuniu forças dentro do PMDB em torno da indicação do vereador AG (PMDB), apadrinhado de AP. Por outro lado, fazendo uso de sua aliança com AJ (PR), acionou Eunício Oliveira (PMDB) através de Roberto Pessoa<sup>58</sup> (PR). A estratégia foi relatar o posicionamento de dra. A nas eleições de 2014, a saber: contrariando as orientações do partido, apoiou Mauro Filho (PROS) ao senado e, no segundo turno das eleições, Camilo Santana (PT) ao governo do estado. A retaliação do presidente estadual do PMDB cearense foi barrar a candidatura de dra. A naquele ano. O arranjo político montado por AP, com auxílio de professor JBT, para as disputas municipais foi uma chapa com os peemedebistas AG e do vereador peemedebista JD, postulantes a prefeito e vice-prefeito pela coligação PMDB-PEN-PRB-PV.

<sup>58</sup> Nas eleições para o governo do estado em 2014, Eunício Oliveira (PMDB) e Roberto Pessoa (PR) formaram aliança que disputou o executivo estadual. Sua coligação compôs o bloco que antagonizou com o candidato governista, Camilo Santana (PT), chegando ao segundo turno das eleições. O PMDB em Barreira se dividiu entre lideranças que apoiaram a candidatura peemedebista e outras que optaram pela candidatura governista.

AJ (PR) também se lançou como candidato à prefeitura de Barreira. Professor JBT esteve presente na convenção do PR e demonstrou apoio a AJ. Por outro lado, o líder pedetista também participou da montagem de outra coligação emprestando legenda para PR (PDT), “liderança neutra” que aglutinaria forças ao seu grupo político. Numa aliança entre PT, PDT, PRTB, PSL, PTN e PCdoB, concorreram ao executivo municipal o petista AS e PR. Sob pressão da base política e possibilidade de enfraquecimento do grupo frente à candidatura governista, AJ lançou mão de concorrer à prefeitura e se juntou ao grupo em apoio à candidatura de AS e PR.

Numa eleição bastante competitiva, AS e PR foram eleitos ao comando da prefeitura de Barreira em 2016. O petista recebeu 51,15% dos votos válidos contra 48,85% votos de AG, o candidato governista.

Como dito anteriormente, as estratégias utilizadas por professor JBT no cenário pré-eleitoral de Barreira em 2016 foram arriscada. Embora não tenhamos como precisar os resultados de suas ações no conjunto de seu capital político<sup>59</sup>, diante de parcela de sua base eleitoral – observada ao longo das campanhas eleitorais de 2016 –, sua participação na montagem dos arranjos que se antagonizaram nas eleições foi lida negativamente, o que acabou por fragilizar seu capital político-eleitoral.

A partir de uma análise das eleições municipais em Barreira é possível notar que a participação no movimento emancipacionista foi o início da pavimentação das carreiras políticas de lideranças que, até hoje, constituem polos aglutinadores de outras lideranças no tabuleiro político barreirense. Vale destacar que tanto professor JBT como AP, mesmo não concorrendo diretamente à prefeitura municipal, são atores decisivos na montagem dos arranjos para as eleições municipais. O que significa dizer que, sem o aval desses líderes, um postulante tem suas chances de vitória reduzidas dentro do mercado eleitoral barreirense.

### ***Eleições municipais, facções e ciclos políticos em Acarape***

Para efeito de análise, dividimos a história de Acarape em três ciclos políticos: a) *ciclo da mudança sem ruptura*; b) *ciclo da liderança popular-clientelista* e, por fim, o c) *ciclo da emergência da nova chefia política*. A observância dos ciclos políticos acarapenses nos permitiu a análise da (re)configuração dos grupos dirigentes em Acarape desde 1988 até as eleições de 2016.

<sup>59</sup> O que demandaria aprofundamento das pesquisas de campo e análises sobre o cenário pré e pós eleições de 2018.



Assim como ocorreu em Barreira, a emancipação política de Acarape ocorreu não por meio de uma ruptura abrupta com o poder tradicional da chefia política de Antônio Jacó, mas através de um processo, ou antes, de uma negociação/cooptação de lideranças em vias de empoderamento. A capacidade de “dominar a arte da chefia” garantiu sua interferência na vida política acarapense até meados da década de 1990 quando a gramática política adotada pelo “governo das mudanças” enterrou de vez seu poder de mando. De fato, embora o quadro de forças políticas tivesse mudado com a criação do novo município, isto é, novas lideranças emergiram no campo das disputas políticas locais, Antônio Jacó interferiu diretamente na montagem dos arranjos eleitorais. Ou seja, foi em torno da sua chefia que lideranças como FJr, KA e FC disputaram o apoio e a indicação para concorrerem à prefeitura de Acarape pelo menos até as eleições de 1996. Senão, vejamos.

### *Ciclo da mudança sem ruptura*

O protagonismo de FJr no processo de emancipação de Acarape pavimentou seu favoritismo na disputa pela prefeitura do novo município. Como lembrou FJr, “sua candidatura surgiu durante seu discurso” de comemoração do marco político acarapense nas escadarias da Igreja de São João Batista.

(...) Nesse dia era gente demais. Aí um colega falando lá em cima “agora nós vamos ter a oportunidade de ouvir o homem junto com a Comissão Pró-Emancipação que trouxe uma notícia muito boa”. (...) Aí quando anunciaram meu nome “agora vai falar FJr”. (...) peguei o microfone e disse bem assim “povo do Acarape, eu quero agradecer primeiramente a Deus e, em segundo lugar, a vocês porque vocês acreditaram no maior sonho que foi a liberdade da gente, ficar independente do município-mãe. Portanto, senhores e senhoras, aqui, de acordo com a lei que está nas minhas mãos, sancionada pelo governador Tasso Jereissati, no dia 15 de novembro de 1988 será promovido as eleições para a escolha do primeiro prefeito, do primeiro vice e dos primeiros vereadores e implantado a função político-administrativa do município”. O povo ovacionou, o povo lançou o meu nome: “é o FJr, é o FJr”. (...) E, por conseguinte, o Antônio Jacó (...) aproveitou o cavalo correndo e “rapaz eu vou lançar esse homem porque se eu não lançar eu vou é perder espaço”. Aí quando veio as eleições, eu fui eleito com quase 90% dos votos<sup>60</sup>.

FJr, ao reivindicar o título de o “fundador da cidade”, aquele que instaurou um “novo tempo” em Acarape, foi o indicado por Antônio Jacó para ser o candidato do partido (PDS) e aquele com melhores chances de vitória. A confirmação veio na reunião do diretório municipal do PDS, na

<sup>60</sup> FJr foi vereador em Redenção e prefeito de Acarape. Entrevista realizada em 07 de junho de 2016.

qual se optou majoritariamente por FJr como candidato a prefeito e KA(grande amigo de FJr e membro do G7) a vice-prefeito.

Pela trajetória dentro do PDS e pela proximidade com Antônio Jacó, FC esperava ser o indicado pelo partido. No entanto, não satisfeito com a rejeição de seu nome e disposto a concorrer ao executivo em Acarape, restou a FC se afastar do PDS (mas não de Antônio Jacó) e lançar sua candidatura numa “oposição” praticamente isolada, sem o apoio das lideranças políticas do recém-município e enfrentando o favoritismo de FJr.

Para a eleição de 1988 formaram-se duas chapas: de um lado FJr (PDS) e KA(PDS), com o apoio de 21 candidatos a vereador (todos filiados ao PDS) que, em sua maioria, participaram ativamente do movimento emancipacionista; do outro, FC (PMDB) e o pastor evangélico FLS (PDC), numa coligação que apresentou 10 candidaturas ao legislativo local (PMDB e PDC). Essa primeira fragmentação do G7, do grupo emancipacionista, a partir das lideranças de FJr e FC, tenderia a se manter por mais 20 anos aglutinando lideranças em torno dos dois grupos políticos que disputariam e se alternariam na hegemonia do poder local em Acarape.

Com a maioria expressiva dos votos, 87,38% dos votos válidos (correspondendo a 3.061 votos), contra 12,61% (442 votos) obtidos por FC, conquistou não só a vitória na primeira eleição como a maioria das cadeiras na Câmara Municipal de Acarape, elegendo oito das nove vagas em disputa, o que lhe permitiu construir as bases de legitimação e reprodução de sua autoridade, testada e reafirmada nas eleições municipais de 1992.

Nas disputas eleitorais de 1992, KA e AFS formaram a dupla apoiada por FJr contra o grupo de FC, que lhe fazia oposição. Apesar de não ter coligação com outros partidos, o PDS, além do apoio do prefeito que gozava de boa avaliação dos munícipes, conseguiu manter basicamente intacto o arco de alianças formado na eleição anterior e lançou 27 candidaturas a vereador.

Para concorrer ao executivo municipal, FC optou em montar uma chapa com AF, descendente de família abastada de Redenção, e filho do ex-prefeito redencionista, BF61 (o “pai dos pobres” de Redenção). A coligação composta por PDT, PMDB e PSDB lançou AF e FC como postulantes ao cargo de prefeito e vice-prefeito, respectivamente.

Pela força política e apoio de FJr, KA foi consagrado prefeito de Acarape para o mandato que se iniciaria em 1993. Com 56,24% dos votos válidos venceu AF com uma diferença de 305 votos. A competitividade daquele pleito se refletiu também nos resultados para o legislativo:

---

61 Dono de postos de combustível em Redenção, foi cidadão bastante conhecido não apenas pelos bens de que sua família dispunha mas pelo perfil de “homem caridoso” que utilizava do “próprio dinheiro para fazer caridade e favores para os mais necessitados” ficando conhecido como o “pai dos pobres”. Foi em razão desse perfil que fez carreira política em Redenção, sendo prefeito por duas vezes (1889 a 1993 e 1997 a 1999). Não concluiu seu segundo mandato em virtude de seu falecimento (MATA, 2011).

das nove vagas em disputa, cinco foram ocupadas por candidaturas pedessistas; as outras quatro, por postulantes da coligação de AF. Apesar de AF não alcançar a vitória naquele pleito (conquistou 2.236 votos o que correspondeu a 46,80% dos votos válidos), credenciou-se para as disputas seguintes na arena política acarapense.

O final do mandato de KA foi assinalado pelo desentendimento entre ele e seu antecessor, FJr. Esse rompimento marcaria em definitivo o tabuleiro de forças em Acarape colocando-os sempre em lados opostos na arena das disputas municipais.

Para a sucessão de KA, que não possuía o capital político de FJr apesar de ocupar a chefia do executivo municipal, era necessário a indicação de um nome forte que pudesse competir com o ex-prefeito e antigo aliado. O vácuo deixado pela saída de FJr do grupo situacionista e a inabilidade de KA em preencher esse lugar de principal líder no município exigiam a realização de acordos com outras lideranças oposicionistas que agregassem capital político ao grupo. A sobrevivência política de Antônio Jacó, que tinha pretensões de concorrer a deputado estadual nas eleições de 1998, dependia do sucesso das candidaturas ao executivo municipal de seu grupo, principalmente nos municípios de Acarape e Barreira. A saída encontrada foi trazer AF e FC e costurar uma grande aliança com as principais lideranças de Acarape. Num grande acordo entre Antônio Jacó, KA e FC, AF foi indicado como o “candidato do consenso”. A opção pelo produtor rural e ex-vereador AN como candidato a vice não foi aleatória. O objetivo era agregar votos da zona rural já que AF dispunha de boa base eleitoral na área urbana de Acarape.

As coligações que deram sustentação as duas candidaturas majoritárias de 1996 em Acarape refletiram o panorama de divisões políticas no município. De um lado, a união entre PPB, PDT, PMDB, PSC, PT e PSDB em apoio a AF e AN; do outro, FJr e ACJr62 isolados no PSD. AF venceu aquela eleição com 56,24% dos votos.

Desgastado entre os acarapenses e parte significativa das lideranças do município, AF candidatou-se a reeleição, juntamente com AN, numa coligação entre PSDB e o PT do SM63. Mesmo com a máquina pública na mão, AF perdeu aliados importantes nas eleições de 2000. Pela oposição, FJr conseguiu reunir cinco partidos (PTB, PDT, PMDB, PPS e PSD). Foram lideranças emancipacionistas que agregaram capital político a candidatura de FJr: AFS, seu candidato a vice, o comerciante OS e o vereador pessedista PRT. Com 54,84% votos válidos, FJr foi eleito prefeito de Acarape nas eleições de 2000. Seu principal adversário, AF, obteve 38,80% votos.

62 ACJr foi eleito vereador pelo PMDB nas eleições de 1992, pela coligação que deu base a AF naquele pleito.

63 Líder emancipacionista que fez carreira política a partir de sua atuação no sindicato dos trabalhadores rurais de Acarape.

Denominamos de *ciclo da liderança popular-clientelista* o período de tempo no qual AF dominou o cenário político acarapense. Como liderança popular-clientelista, AF buscava driblar o desgaste de sua administração reforçando a imagem-marca do “grande doador”. Seu público-alvo eram as populações mais vulneráveis economicamente e, a partir de uma liderança de tipo carismático legitimada pela adoção de práticas assistencialistas, garantiu uma base eleitoral “certa” com que “tinha a garantia de poder contar” nos momentos das disputas eleitorais. Foi a partir de práticas assistencialistas que AF logrou sua eleição e reeleição em 2004 e 2008, respectivamente.

### ***Ciclo da liderança popular-clientelista***

Enfrentando uma crise econômica decorrente da queda na arrecadação municipal e desgastado politicamente, FJr tentou a reeleição em 2004. Com o *slogan* “Acarape tem passado, presente e futuro”, empenhou-se em resgatar a empatia do eleitorado acarapense ao acionar a simbólica de “fundador do município”. Apresentou uma chapa majoritária com o empresário chinês MC64, que reuniu PSC, PSDC, PRTB, PRP, PSDB e PT do B. A oposição se fragmentou entre às candidaturas de AF e OS65. Este último, representando o “novo na política”, reuniu as lideranças que discordavam de FJr e não queriam uma reeleição de AF. Contando com apenas quatro partidos (PP, PDT, PL e PRONA), polarizou com AF nas eleições de 2004. Nove partidos coligaram em favor de AF (PHS, PL, PTN, PMN, PMDB, PSL, PT, PV e PPS) que obteve a melhor votação em todas as comunidades de Acarape vencendo com 52,46% dos votos válidos. OS, o segundo colocado, obteve 26,64% e FJr, o prefeito, se esperava que tivesse vantagem no pleito municipal, recebeu 17,88%.

À frente da prefeitura, AF (PMDB) e AN (DEM), estavam automaticamente qualificados para concorrerem à reeleição em 2008. Seu grupo aglutinava PMDB, PSC, DEM e PV. Na oposição, procurava-se um nome competitivo que fizesse frente ao favoritismo do prefeito. Nesse sentido, SM (PT) costurou um grande acordo entre as lideranças de oposição. No acordo ficou acertado que o PT acarapense ofereceria a legenda para o candidato a prefeito KA e seu vice seria o empresário do ramo de extração mineral EB (PMN), único vereador de oposição na Câmara e que ganhou expressividade política após os significativos resultados nas eleições de 2006, como candidato a deputado estadual. A chapa conseguiu aglutinar oito partidos (PMN, PT, PPS, PSB, PHS, PR, PRB e PSDC) garantindo importante capilaridade.

64 MC foi um dos empresários sócio da Yamacon, empresa de confecção de jeans instalada na cidade de Acarape em início da década de 1990.

65 OS é antigo comerciante acarapense. Vivenciou os processos de emancipação de Acarape e sempre participou, ainda que de forma indireta, da política local. Bastante conhecido em todo o município, tem uma “personalidade forte tipo o ‘Seu Lunga’ e é muito respeitado aqui em Acarape. É um homem sério, bem diferente do AF” (Tadeu, entrevista realizada em 15 de novembro de 2014).

FJr, já enfraquecido e buscando sobrevivência política, abrigou-se na facção política de AF e candidatou-se a vereador pelo PSDB. Segundo ele, em acordo costurado no período pré-eleitoral e disposto a fazer oposição ferrenha à candidatura de KA, se comprometeu a trabalhar em favor da reeleição de AF em troca de um cargo na prefeitura, caso não fosse eleito.

Apesar de uma disputa bastante acirrada, os resultados confirmaram AF prefeito de Acarape em 2008. A grande surpresa daquele pleito foi FJr que recebeu uma votação muito aquém da esperada para alguém que teve papel de destaque na história acarapense e polarizou as disputas pelo poder local por praticamente duas décadas. O trabalho de “desqualificar” a candidatura de KA e a aliança com AF foram avaliadas negativamente pelo eleitor acarapense resultando numa votação apagada, 114 votos, não sendo suficiente para elegê-lo sequer à Câmara de Vereadores.

Entre 2008 e 2012, a exoneração do IPI, que corresponde a 15% do FPM, acarretou negativamente nas finanças de 75% dos municípios brasileiros que sofreram com a redução do FPM. Esse quadro interferiu diretamente no quadro de forças na arena local e afetou a capacidade de manutenção das bases eleitorais governistas. A falta de um sucessor que encarnasse sua imagem-marca e o afastamento de AF da arena política acarapense em 2012 encerraram o *ciclo da liderança popular-clientelista* e abriram espaço para a emergência de novas lideranças que conseguissem construir narrativas e imagens capazes de representar a *simbólica da ruptura*. Vale destacar que esse período marca também o enfraquecimento das lideranças que iniciaram sua trajetória política nos movimentos emancipacionistas, tais como FJr, FC, KA, PRT e SM.

### ***Ciclo da emergência da nova chefia política.***

Conflitos entre servidores municipais e prefeitura, denúncias de malversação dos recursos públicos, o esgotamento da gramática clientelista e a própria “ausência” de AF no município aprofundaram seu desgaste. A sua base política, aos poucos, começou a se afastar ou a disputar a indicação à sucessão, o que implicou na fragmentação política de seu grupo. Paralelo a isso, líderes da oposição se articulavam na busca por apoio a fim de construir uma candidatura competitiva e que representasse os anseios dos acarapenses. Nesse cenário, ganhou destaque a figura do jovem médico dr. FV.

Nome novo no cenário político, sua indicação representava um “nome de consenso” que aglutinou diferentes lideranças opositoristas como OS (PR), KA66 (PT), ou PRT (PR).

---

66 KA pretendia ser o candidato a prefeito pelo PT, no entanto, sua candidatura foi negada pelo líder municipal do partido, Sérgio Mesquita, que lançou candidatura a prefeito naquele ano.

O cenário que se constitui para as eleições de 2012 apresentou quatro candidatos concorrendo ao executivo municipal: AN (DEM) e PC (PSC) representando o grupo situacionista vinculado a AF; a professora TA (PSDB) e LM (PSDB); SM (PT) e o vereador B (PV) e os médicos dr. FV (PSB) e AM (PCdoB). A disputa se polarizou entre AN e dr. FV cujas bases eleitorais cresciam num ritmo acelerado.

A ampla coalizão dos partidos PDT-PTB-PTN-PR-PPS-PMN-PSB-PRP-PCdoB-PTdoB garantiu capilaridade e a vitória do neófito dr. FV que obteve a maioria de votos em todas as comunidades de Acarape. Com uma vitória surpreendente, os médicos foram eleitos com 64,73% dos votos e com uma diferença expressiva de 34,78% de votos para o segundo colocado, AN, que atingiu a apenas 29,95% do eleitorado acarapense.

Ao final da primeira gestão, com a entrega de obras importantes como o Hospital Doutorzão e a realização de um conjunto de obras de melhoria na infraestrutura (vias urbanas), por exemplo, garantiram bons índices de aprovação que endossaram o interesse de dr. FV na reeleição em 2016. Além disso, com o vácuo deixado no grupo oposicionista pela saída de AF do tabuleiro político de Acarape, dr. FV logrou dar continuidade a estratégia utilizada desde as eleições de 2012 e ao longo de sua gestão cooptou importantes lideranças políticas municipais. A estratégia visava ampliar e fortalecer seu próprio grupo político (ao passo que esvaziaria/fragilizaria o grupo oposicionista) lhes garantindo também a capilaridade necessária para alargar sua base eleitoral no município. Tal fato pôde ser observado na quantidade de partidos de suas coligações nas duas eleições locais em que disputou. Em 2016, filiados ao PSD de Domingos Neto, os médicos prefeitos montaram uma coalizão de dez partidos (PSD/ PDT/ PRB/ PSB/ PHS/ PRTB/ PMB/ PT/ PTB e PEN).

Do lado oposicionista a situação era complexa: o afastamento de seu principal líder, AF, fragilizou o grupo que perdeu sua coesão. Esperava-se que AF indicasse e costurasse as alianças para as eleições de 2016, o que não aconteceu. Depois de muitos impasses e representando a coalizão oposicionista (composto pelas siglas PMDB-PSL-PTN-PR-PPS-PSDB-PCdoB), EB e o líder evangélico irmão EG foram indicados a concorrer com prefeito e vice-prefeito.

Com um total 53,52% dos votos válidos, dr. FV e dr. AM foram reeleitos ao executivo municipal de Acarape em 2016; contra 46,48% votos de EB e irmão EG.

### Considerações finais

Apesar de suas especificidades, Barreira e Acarape têm revelado tendências gerais no que tange as alterações na dinâmica política local, sobretudo nas municipalidades emancipadas a



partir da década de 1980 no Ceará<sup>67</sup>. O processo de redemocratização brasileira produziu novos repertórios de lutas políticas viabilizado pela diversificação social dos espaços políticos com o ingresso de novos segmentos na arena de disputas pelo poder<sup>68</sup>, o que tencionou os “velhos políticos” a mudarem seus repertórios, narrativas, tecnologias, modos fazer política e de se relacionar com o eleitor. Aqueles políticos tradicionais que não se adaptaram, sofreram baixas consideráveis de suas bases eleitorais, que se complexificavam e ficavam mais exigentes e interessadas em outras questões como a emancipação de seus distritos. Outros chefes políticos, a exemplo de Antônio Jacó, souberam garantir sobrevida a seu poder cooptando as lideranças políticas emergentes e adotando suas bandeiras.

No caso de Barreira e Acarape, os novos segmentos que emergiram no campo político eram em grande parte jovens, profissionais liberais e/ou com nível superior que, munidos de um discurso “da necessidade de autonomia política” e pautados numa identidade comum de origem e em defesa da coletiva, produziram mudanças profundas no quadro de forças do poder local a partir da conquista da emancipação acarapense. Dito de outro modo, a vitória do movimento emancipacionista não sinalizou apenas o declínio da chefia política de Antônio Jacó, mas permitiu que as novas lideranças que protagonizaram o movimento assumissem progressivamente os principais postos na arena política local e polarizassem as disputas pela hegemonia do campo político no município demarcando ciclos de longevidade política de seus líderes.

Vale destacar que mesmo a ascensão de neófitos forasteiros no cenário das disputas locais em ambos os municípios só foi possível pela intermediação e/ou apoio dos chefes políticos locais. No primeiro caso podemos citar a atuação de professor JBT que possibilitou a candidatura de dr. VF em Barreira e de FC, que intermediou a entrada de AF na arena política acarapense. No segundo caso, o apoio de lideranças como KA e PRT foram fundamentais para a vitória de dr. FV em Acarape.

Guardada as suas especificidades, a emergência de novos atores sociais que protagonizaram a emancipação, e se tornaram os principais líderes políticos dos municípios aqui estudados, revelam uma dinâmica política própria, o que exige uma atualização conceitual de categorias que são caras aos estudos do poder local. Admite-se a possibilidade de que os fenômenos observados em Barreira e Acarape possam ser encontrados em outras municipalidades com características semelhantes (municípios de pequeno e médio porte e emancipados a partir da década

67 ABU-EL-HAJ, Jawdat. Os tempos da rebeldia. op. cit.

68 GRILL, Igor Gastal. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: SEIDL, Ernest e GRILL, Igor (Orgs.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. (p. 227-278).

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

de 1980), o que nos leva a um desejo mais ambicioso: mapear as elites políticas dos novos municípios cearenses.